
A CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO E A LUTA COLETIVA PELO TRABALHO

LA CONDICIÓN DE DESEMPLEADOS Y LA LUCHA POR LA OBRA COLECTIVA

THE UNEMPLOYED AND THE COLLECTIVE STRUGGLE FOR WORK

Rita de Cassia Fraga Machado¹

Giuliana Franco Leal²

Resumo: Este artigo é um recorte feito a partir de uma pesquisa de pós-doutorado e de uma pesquisa de mestrado que tiveram buscaram estudar os sujeitos organizados pelo MTD. Nesse sentido, procura-se aqui discutir a capacidade de mobilização dos trabalhadores desempregados, trazendo para o debate alguns elementos empíricos: a interpretação que parte deles, organizados num movimento social de luta pelo trabalho, constroem de sua própria condição, bem como seus próprios projetos e propostas políticas de trabalho e renda. Também resgatamos o conceito de trabalho que orienta o fazer político desses sujeitos, organizados em um movimento social, também a partir da pesquisa de campo. Argumentamos que os trabalhadores do universo pesquisado não são excluídos, mas sim trabalhadores com relações precárias, intermitentes e majoritariamente informais com o mercado de trabalho, fazendo parte, nas posições mais frágeis e marginais, de uma lógica de superexploração e precarização das condições de trabalho presente no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: trabalho; desemprego; luta de classes.

Resumen: Este artículo es un extracto a partir de una encuesta de maestros post-doctorales y de investigación que habían solicitado para estudiar el tema organizada por BAT. En este sentido, tratamos de discutir aquí la capacidad de movilizar a los trabajadores en paro, con lo que el debate en cierta evidencia empírica: la interpretación de ellos, dispuestos en un movimiento social que lucha por el trabajo, construir su propia condición, así como sus propios proyectos políticas y propuestas de trabajo e ingresos. También rescató el concepto de trabajo que guía el maquillaje político estos temas, organizados en un movimiento social, también de la investigación de campo. Argumentamos que los trabajadores universo encuestado no se excluyen, sino con las relaciones inseguras, intermitentes y en su mayoría informales con el mercado de trabajo, parte, de posiciones frágiles y marginales, una lógica de explotación y condiciones de trabajo precarias presentes en el capitalismo contemporáneo.

Palabras clave: trabajar; desempleo; lucha de clases.

Abstract: This article is part of a post-doctorate and Master's degree research. This research aimed at studying the subjects organized by the MTD (Unemployed Workers' Movement), which led to the central thesis of this article. In this sense, the purpose here is to discuss these concerning the unemployed workers' capacity to mobilizes, debating a few empirical elements: the interpretation that some of them, organized in a social movement to struggle for work, create regarding their own political projects/proposals for work-income. We also bring back the concept of work that guides the political activity of these subjects organized in a Social Movement. We argue that the workers of the universere searched are not excluded. Instead, they are workers with precarious, intermitente and mainly informal relations with the labor market, participating, in the most fragile and marginal positions, in a logic of overexploitation and weakening of working conditions, present in contemporary capitalism.

Keywords: work; unemployment; class struggle.

Introdução

A existência de trabalhadores desempregados representa um problema para as sociedades que têm como norma o trabalho assalariado, mas que não garantem acesso a emprego para a população que necessita trabalhar.

As primeiras experiências dos desempregados que iremos tratar neste arquivo aconteceram no Rio Grande do Sul, no ano de 2000, com acampamentos urbanos, na luta por assentamentos rururbanos, com programas como Coletivos de Trabalho (MTD, 2001) e Frentes Emergenciais de Trabalho (MTD, 2005). Hoje, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) já está organizado em outros estados e conta com uma proposta própria para a geração de trabalho e renda: os Pontos Populares de Trabalho.

De acordo com depoimentos de seus sujeitos, o MTD busca a elevação dos níveis de consciência dos trabalhadores desempregados para que assumam seus papéis de sujeitos que se organizam visando à construção de outra forma de estruturar a sociedade em sua totalidade, não se pautando apenas por aspectos econômicos. Para isso, são necessários processos coletivos de trabalho, baseados nos valores da solidariedade e cooperação, frente à realidade, como forma de resistência ao desemprego. Esse processo coletivo envolve as dimensões da produção, da organização, da cultura e da formação, ou seja, das relações humanas.

Se aqueles que têm relações formais de trabalho assalariado são a norma das sociedades salariais, os demais trabalhadores – sem vínculos com o mercado de trabalho ou com relações informais de trabalho – são frequentemente considerados excluídos por pesquisadores, representantes da opinião pública e formuladores de políticas públicas. A concepção de exclusão social não é neutra: ela está carregada de pressupostos teórico-metodológicos e tem consequências práticas para a realidade social.

Esta pesquisa foi discutida e realizada com a direção e algumas lideranças do Movimento, cuja organicidade diferencia a base (sujeitos que se articulam com MTD), suas lideranças (que assumem atividades de cunho político organizativo) e sua direção (que também assume a tarefa de formulação e direcionalidade do Movimento). A demanda se concretizou no âmbito do conhecimento dos sujeitos do Movimento, no foco do trabalho e está situada no processo de transformações no âmbito da discussão sobre exclusão social e sujeitos sociais.

Alguns dos estudiosos que analisam o tema consideram que os indivíduos desvinculados do mercado de trabalho ou com inserção precária nele, os “excluídos”, são incapazes de encabeçar uma luta social ou mesmo de participar da construção de um projeto político.

A pesquisa, de cunho qualitativo, contou com um trabalho de campo que procurou investigar esse cenário, perguntando: Encaminhamentos para o problema do desemprego poderiam vir dos próprios trabalhadores desempregados? O objetivo deste artigo é discutir a capacidade de mobilização dos trabalhadores desempregados, trazendo para o debate um importante elemento empírico: a interpretação que parte deles, organizados num movimento social de luta pelo trabalho, constrói sua própria condição bem como seus próprios projetos políticos e de trabalho e renda. É necessário também resgatarmos o conceito de trabalho que orienta esses sujeitos coletivos, pois é a partir deles que serão construídas tais

proposições. Para tanto, iremos discutir a real possibilidade de estes indivíduos serem sujeitos sociais coletivos de transformação. Em outras palavras, temos por objetivo mostrar como a própria mobilização de trabalhadores desempregados em movimentos sociais revela que eles são sujeitos sociais pensantes e ativos na luta de classes, e não meramente “excluídos”.

Para tanto, lançamos mão de uma pesquisa empírica baseada em observação participante, realizada em atos de projetos, cursos e reuniões formais e informais, além de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores inseridos no MTD do Rio Grande do Sul, tanto da base como das posições de liderança, realizadas entre 2007 e 2010. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes da base e das coordenações em diversas instâncias – da instância estadual às locais – do MTD-RS. Nelas, perguntamos sobre a trajetória dos trabalhadores no mundo do trabalho e no movimento social, e os indagamos sobre suas experiências e concepções do trabalho. Igualmente perguntamos sobre suas trajetórias de vida, como chegaram ao MTD, como se sentem fazendo parte deste Movimento e qual o sentido dele em suas vidas. Pudemos perceber nas respostas que é no Movimento que eles se afirmam como sujeitos sociais, porque “foi aqui que aprendi a erguer a cabeça ao falar”, “foi aqui que aprendi que tenho direitos” e que “sou gente”.

Num primeiro momento, discutiremos, no plano teórico, a inviabilidade de construção de projetos coletivos por parte de trabalhadores desempregados. Após apresentar os pressupostos teórico-metodológicos que embasam nossa pesquisa, contraporemos às teses discutidas, no primeiro item, as conclusões da pesquisa empírica feita com trabalhadores desempregados organizados num movimento social construído em torno do tema do trabalho. A partir desses achados empíricos, retomaremos, em notas conclusivas, a discussão teórica que relaciona a construção de projetos coletivos de trabalho e renda por parte de trabalhadores desempregados.

Conforme desenvolvemos ao longo do artigo, nossos fundamentos teórico-metodológicos estão baseados na perspectiva marxiana da luta de classes e na concepção de trabalho como meio de reprodução para os trabalhadores e como meio de extração de mais-valia para os capitalistas, mas também como elemento potencialmente transformador da realidade social.

A discussão das possibilidades de luta dos trabalhadores desempregados do ponto de vista dos estudos da exclusão social: análise crítica

Muito do que se tem dito no Brasil sobre a situação dos desempregados, nas últimas décadas, está associado à ideia de exclusão social. Este termo, muito usado desde a década de 1990, reflete um contexto mundial de altas taxas de desemprego, trajetórias de descenso social, precarização das condições de trabalho, crise das formas de proteção social pelo Estado e instabilidade das redes de sociabilidade.

A concepção de exclusão social, como processo de fragilização e ruptura de laços sociais (XIBERRAS, 1994), ganhou força na literatura das ciências sociais produzida na França desde os anos de 1990, a partir de autores como Castel (1995) e Paugam (1994). Sob os termos, respectivamente, desfiliação

e desqualificação social, ambos se referiam a trajetórias individuais de vulnerabilidade e descenso social ligados, em primeira instância, à perda do trabalho estável e associados a garantias de proteção social.

Touraine (1991) considera que a exclusão substitui a exploração como categoria para pensar a desigualdade no mundo contemporâneo. Sua análise, que vai se construindo entre o fim da década de 1960 e a primeira década do presente século, tem como eixo a tese de que estamos agora numa sociedade que não se baseia mais nos princípios da sociedade industrial, porque os embates econômicos perdem a centralidade, uma vez que o crescimento econômico passa a ser muito mais determinado por processos políticos e pelo conhecimento e criatividade do que por mecanismos econômicos centrados no trabalho produtivo, e os conflitos sociais passam a se situar privilegiadamente no domínio do consumo, e não da produção (TOURAINÉ, 1969). A sociedade assim constituída não deve ser representada, segundo Touraine (1992), com relações hierárquicas, de alto e baixo, mas sim a partir de relações de dentro e fora. Touraine (2006, p. 10) dá como certas estas mudanças: “É preciso aceitar como ponto de partida da análise esta destruição de todas as categorias ‘sociais’, desde as classes sociais e os movimentos sociais até as instituições ou ‘agências de socialização’, nome que foi dado à escola e à família ao definir a educação como socialização.”.

Dentro dessa lógica, o autor defende a tese de que a categoria classe social perde sua força de mobilização e de explicação, e pessoas que apresentam dificuldade em se manter dentro do mercado de trabalho formal são vistas como pessoas fora daquela estrutura social da qual fazem parte as pessoas de classe média incluindo o operariado, com acesso ao consumo e bom nível de seguridade social.

O mecanismo intelectual apresentado por Touraine (2006) é o mesmo que faz com que Castel (1995) classifique indivíduos em situação de desemprego ou trabalho muito instável como supranumerários, e não como uma parte da classe trabalhadora. Para Castel (1995), essas pessoas em situação de flutuação social, ou desfiladas (nas situações mais extremas do processo agudo de perda de laços de trabalho e de sociabilidade primária), são supranumerários, pessoas socialmente consideradas como inúteis para o mundo. Como tais, elas não se constituíam em forças sociais, sendo, portanto, incapazes de se tornarem sujeitos de uma luta coletiva, por estarem atomizadas.

Também Martins (2002), no Brasil, defende a tese de que aqueles que formam uma população sobrando, incapaz de ser incluída nas atividades econômicas centrais da sociedade atual, não têm a possibilidade histórica de protagonizar lutas por grandes mudanças na sociedade, porque:

[...] quem não está incluído não pode ser protagonista das virtualidades de transformação da sociedade, de realização daquilo que é historicamente possível. Por isso, justamente, o desempregado e o lumpen, os miseráveis, na teoria clássica, apareciam como um problema, um obstáculo ao processo de libertação do homem e de transformação social. São categorias que, por estarem excluídas do núcleo de criação da realidade social, não têm condições de interferir ativamente na dinâmica social. [...] Eles são apenas o trabalhador potencial, o resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo. Quando muito, são trabalhadores dos setores secundários e irrelevantes da produção. Por isso são excluídos. Não só, nem principalmente, excluídos das oportunidades de participação social. Mas, excluídos das possibilidades ativas do fazer História [...]. Não podem impregnar por dentro o processo de reprodução ampliada do capital. A produção de novas situações e de novas relações sociais se dá sem eles. E a reprodução se dá sem sua participação direta. Diferente de quem efetivamente trabalha

e é vital para o processo de acumulação ampliada do capital, são descartáveis. Esse é o extremo histórico da coisificação da pessoa e de sua alienação (MARTINS, 2002, p. 35).

Contudo, consideramos que a separação radical entre classe trabalhadora e excluídos parece inadequada. Afinal, podem ser considerados parte da classe trabalhadora todos aqueles que têm necessidade de vender a própria força de trabalho para sobreviver e assim o fazem, seja de modo permanente ou intermitente. Acrescente-se que não existe uma separação clara entre as situações de desempregados e de trabalhadores instáveis; em vez disso, podemos verificar uma sucessão de posições interligadas, incluindo desde variadas formas e graus de precariedade e instabilidade até a ausência de vínculos com o mercado de trabalho. Tais posições consistem, frequentemente, em diferentes momentos de um mesmo processo. As figuras dos trabalhadores desempregados e dos instáveis podem se confundir, empiricamente, nas mesmas pessoas (LEAL, 2008).

De fato, constatamos, nas entrevistas com a maior parte dos trabalhadores desempregados que participaram da pesquisa, que eles constantemente exercem trabalhos informais para sobreviver. Tais trabalhos podem ligá-los, ainda que indiretamente, a processos centrais de produção capitalista. Como exemplo, temos os catadores de lixo, que entram como elos mais frágeis em uma cadeia de reciclagem que culmina no aproveitamento dos resíduos por indústrias. Ou temos, ainda, os empregados domésticos (principalmente empregadas), que liberam trabalhadores mais qualificados para ocuparem seu tempo como assalariados em empresas tipicamente capitalistas.

A ideia de exclusão também pode ser recusada porque, mesmo que um indivíduo não esteja no mercado de trabalho como trabalhador ativo, ele faz parte da economia. Numa sociedade de mercado, não existe a possibilidade de se estar de fato excluído e, ainda assim, sobreviver, já que mesmo a mendicância envolve circulação monetária e consumo de algum tipo de produto. Nesse sentido, a exclusão que existe é parcial, referente especificamente a certo tipo de consumo de bens e serviços (KARSZ, 2000).

Além disso, como trabalhador à procura de emprego, o suposto “excluído” participa do exército industrial de reserva, no sentido conferido por Marx (1988, p. 190) a uma “população trabalhadora excedente” que é produto da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, sua alavanca. Segundo o pensador alemão, esse exército de reserva cumpre três funções: 1) contenção da rebeldia da classe trabalhadora em relação ao capital; 2) rebaixamento dos salários; e 3) disponibilidade de fornecimento de força de trabalho para eventuais necessidades do capital em momentos de expansão.

A existência contemporânea dessas funções é questionada em teses sobre a exclusão social, as quais consideram que, com a expansão das taxas de desemprego ocorrida nas últimas décadas do século XX, os desempregados deixaram de ser exército industrial de reserva para se tornarem cada vez mais desnecessários economicamente (NASCIMENTO, 1994).

Para responder a elas, retomamos a pergunta de Kowarick (1975) endereçada, nos anos 1970, como provocação à afirmação de Num e Murmisd que o exército de reserva estaria se tornando excessivo: “Excessivo em relação a que, visto ser o processo de acumulação e não a dinâmica populacional que cria a força de trabalho que é excedente às necessidades do capital?” (KOWARICK, 1975, p. 109).

Mesmo considerando que a terceira função do exército de reserva, assinalada acima, deixe de fazer sentido a partir dos processos contemporâneos de enxugamento da mão de obra, amplamente postos em prática, a existência de um contingente de trabalhadores desempregados permanece sendo um motivo de desmobilização de trabalhadores assalariados e uma base para o rebaixamento de salário pelas próprias leis de mercado. Questionamos, portanto, se seria possível traçar uma linha numérica a partir da qual os membros do exército de reserva se tornariam desnecessários.

Em suma, queremos destacar que não é possível separar completamente a figura do chamado “excluído” da figura do trabalhador instável e marginalizado, mas também explorado e também participante da dinâmica capitalista, não apenas como sua vítima, mas também como um de seus agentes, ainda que nas posições mais fragilizadas.

Organização da classe trabalhadora pelo trabalho

Apesar das várias teses que afirmam a inviabilidade da construção de um projeto político por parte daqueles que seriam os “excluídos”, existe uma série de movimentos sociais que se constroem justamente a partir de uma identidade dada pela falta, como os sem-terra, os sem-teto e os sem-emprego.

Entre eles, os movimentos de trabalhadores desempregados têm uma relevância especial para a discussão, porque são justamente aqueles sem o laço do trabalho estável – considerado, em muitos estudos, como visto no item acima, vetor de integração social e de pertencimento de classe.

O trabalho da análise que faremos neste momento nos permitirá compreender qual é o entendimento que estes sujeitos têm de si como sujeitos sociais coletivos de transformação social. Nesse sentido, um indivíduo só pode ser portador e criador de conhecimentos, criador e executor de práticas, quando se relaciona com os outros. A práxis é responsável pela construção das subjetividades que se objetivam por meio de novas práticas. Assim sendo, cada ser humano é a história de suas relações sociais.

Neste trabalho, retomaremos a pergunta que fazíamos a esses sujeitos sobre o trabalho e qual sua importância em suas vidas. Veja-se, a título de ilustração, o que diz um entrevistado do movimento:

O trabalho faz a pessoa ter dignidade, ser feliz e ter esperança, ter fraternidade, ter renda que compense o esforço que faz. O trabalho é um meio de aprender na vida, de organizar a sociedade. É claro que tem trabalho que explora e que é indigno, este nós não queremos! Queremos o trabalho que aproxima as pessoas da natureza, que faz com que as pessoas possam planejar os recursos e que cada um pode fazer de modo responsável e sem exploração.

Trata-se de suficiente e completa compreensão do sentido do trabalho, o que nos permite entender que é pelo trabalho emancipado e pela organização social – quebra do isolamento – que estas pessoas constroem as soluções condignas para a reprodução de sua vida material.

No mercado de trabalho, dada a sua condição de desempregados históricos (MACHADO, 2009) – desqualificação, baixa escolaridade, baixa expectativa –, estes sujeitos não visualizam saídas, são novamente criminalizados ou mesmo obrigados a vender a sua força de trabalho a preço mais baixo, tendo sua força de trabalho superexplorada, e, assim, obrigam-se a viver de forma precária esta dimensão.

É nesse contexto e a partir desse entendimento social das relações de trabalho assalariado que os trabalhadores repensam o trabalho e propõem outras relações de trabalho e renda. Diferentemente do animal, que vem regulado, programado por sua natureza, e, por isso, não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência (LUKÁCS, 1978). É a partir dessa elementar constatação que Marx (1996) destaca uma dupla centralidade do trabalho quando concebido como valor de uso criador e mantenedor da vida humana em suas múltiplas e históricas necessidades e, nesse aspecto, como princípio educativo:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1996, p. 50).

Para esses trabalhadores, o trabalho não alienado é exatamente isto: é criador de valores e da possibilidade de sobreviverem humanamente. O desafio é, pois, o de termos a capacidade de distinguir o projeto de organização destes trabalhadores, que visam através do trabalho à construção, no espaço da organização social, de uma perspectiva de emancipação da classe trabalhadora na qual eles próprios possam ser os gestores e protagonistas de sua história.

Atendendo às condições concretas dos desempregados urbanos, sujeitos da pesquisa, eles próprios propõem, no ano 2000, os assentamentos urbanos, os assentamentos rururbanos, onde se torne possível combinar atividades rurais com atividades urbanas para complementação da renda. O assentamento rururbano representa, para estes sujeitos, na fala de um dos entrevistados:

[...] uma conquista de território onde o trabalho deixa de ser mercadoria para ser expressão de vida, onde o desempregado tem um espaço coletivo que lhe permite descobrir novos valores, construir uma nova disciplina, descobrir que também é um sujeito de direitos e que tem a capacidade de organizar-se para conquistá-los.

Com isso, queremos apontar que no interior da pedagogia da competitividade, centrada nos conceitos de competências e habilidades, opera-se uma mudança profunda no papel político-econômico atribuído a estes sujeitos individualizados pelo sistema e coletivizados pela organização. Opera-se uma mudança de rumo histórico, na medida em que, no plano político, estes sujeitos demonstram capacidade e habilidades de superarem, juntos, a situação de isolamento e de descaso das políticas sociais quanto à sua situação de miserabilidade e descobrem coletivamente a função da luta pelo direito ao trabalho, mas não a qualquer trabalho, e sim o direito ao trabalho que lhes garanta uma vida condigna.

Trabalhadores desempregados a partir de sua própria interpretação e projetos: a construção de um movimento social

Segundo outro entrevistado:

[...] aos poucos, o movimento desenvolve, através do trabalho e das lutas e da reflexão coletiva, sua capacidade de organização e luta, sua identidade e sua dignidade. Sucessos, sucessos parciais, fracassos, vitórias e meias vitórias compõem a trajetória e são as partes constituintes do caminho pedagógico. Constitui-se, assim, o MTD.

Na década de 1990, quando os índices de desemprego estavam em alta no Brasil, deram-se os primeiros passos para a formação de um movimento social estruturado em torno da condição de desemprego, no Rio Grande do Sul. Trata-se de um contexto em que tanto as elevadas taxas de desemprego como as relações precárias de trabalho refletiam um movimento de reestruturação produtiva nas empresas e de liberalização econômica por boa parte dos governos nacionais, inclusive o brasileiro.

A iniciativa de constituição do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) do Rio Grande do Sul partiu de militantes de vários movimentos, com destaque para o movimento sindical, o de luta pela moradia e a Pastoral Operária. Eles se articularam por meio da Consulta Popular, avaliando, segundo depoimentos de pessoas que participaram ativamente dessa etapa, que o trabalho é uma ferramenta central de mobilização e que era necessário um formato de luta que se contrapusesse à institucionalização que a esquerda vinha sofrendo em suas esferas sindical e partidária.

O MTD é um movimento social de classe, da classe oprimida. A base deste Movimento caracteriza-se pela fome, miséria, exploração de trabalho infantil, subdesemprego histórico, violência doméstica, alcoolismo, drogas, portanto, por um processo de desumanização. A primeira ação que demarca o início “oficial” do movimento foi um acampamento de lona preta em 2000, numa área destinada à General Motors, no município de Gravataí-RS, do qual participaram 200 famílias. Hoje, 2012, ele está organizado em 17 cidades do Rio Grande do Sul, com a participação média de 1,2 mil militantes, com a bandeira de luta teto, terra e trabalho. (MACHADO, 2009).

A primeira grande ação do Movimento em formação foi o acampamento, em 2000, em terreno contíguo a uma fábrica da General Motors recém-instalada em Gravataí, município da Região Metropolitana de Porto Alegre. Dessa luta resultou o primeiro assentamento rururbano conquistado pelo MTD. A ele seguiram-se vários outros assentamentos em cidades como Gravataí, Bagé e Eldorado do Sul, e a conquista de frentes de trabalho.

O ponto central das propostas do Movimento está na formação de grupos de produção autogeridos. Ao longo de sua existência, houve grupos de produção agrícola, de cimento, fraldas, pães e outros produtos. Tais grupos se organizam a partir de dois formatos que constam das reivindicações do MTD. Um deles são os assentamentos rururbanos, nos quais cada família tem, nas periferias das cidades, um espaço para moradia e para pequena produção familiar de subsistência (horta e criação de pequenos animais), além de uma área em que se pode fazer produção coletiva.

A outra organização começou pelas frentes de trabalho, mais utilizadas em núcleos formados em bairros urbanos, que mais tarde evoluíram para um projeto de pontos populares de trabalho. As frentes de trabalho ocorriam pelo período de um ano, com o objetivo de produzir alguma mercadoria, sendo apoiadas pelo governo estadual com bolsa-auxílio no valor de um salário mínimo e, eventualmente, cursos de qualificação profissional. A superação de seus maiores limites – a falta de um local para a realização do trabalho e de recursos para compras de equipamentos – é o objetivo do projeto proposto nos últimos anos da década de 2000: os Pontos Populares de Trabalho, que agregariam esses elementos.

Outras reivindicações mais pontuais do MTD são a concessão de cestas básicas, em caráter emergencial, e a construção de mecanismos para liberar as mães que precisam trabalhar nos núcleos de

produção, como creches e refeitórios coletivos. Além disso, ele apoia as iniciativas do movimento sindical quanto à redução da jornada de trabalho.

A base do MTD é formada por pessoas das periferias das cidades, tanto jovens como adultos, majoritariamente mulheres. Em sua maioria, possuem baixa escolaridade e pouca qualificação profissional. Em geral, são trabalhadores intermitentes, informais, que se sustentam fazendo bicos – por exemplo, como faxineiras – e que, em muitos casos, sequer tiveram alguma vez um contrato formal de trabalho. Em suma, poderíamos qualificá-los como trabalhadores marginais ou demitidos da vida (MACHADO, 2009). Eles exercem a função de exército industrial de reserva, além de contribuírem, mesmo que indiretamente, para a acumulação de capital.

Vários depoimentos mostram situações em que o ingresso no movimento social foi uma forma de luta pela sobrevivência, como o de duas coordenadoras de núcleos cujas falas estão transcritas abaixo:

As mulheres são maioria no movimento porque, pelo menos nessa redondeza aqui a maioria das mulheres é que toma conta da família. A maioria é separada, não tem marido, a maioria é mãe solteira, outras têm marido, mas o marido não ajuda, aí têm que ir à luta.

Eu estava desempregada tinha um bom tempo, não tinha estudo que eles [possíveis empregadores] pediam, meu marido estava desempregado, eu tinha que fazer alguma coisa e buscar meus direitos.

Dois elementos, recorrentes em outras falas, aparecem nestes depoimentos. Um deles é a busca dos direitos, sendo o acesso à alimentação e às oportunidades de trabalho considerado como básico na esfera da cidadania. Outro elemento é a necessidade de ir à luta para garantir a sobrevivência e a participação no Movimento colocada como uma opção possível entre as maneiras de garantir a vida da família.

Trata-se centralmente de uma luta pela sobrevivência familiar em condições consideradas dignas, antes de ser uma luta por justiça social. O ideário de luta pela igualdade está muito mais presente nos discursos dos membros da direção do movimento do que naqueles dos que formam a base. Os militantes que fundaram o Movimento, além de terem um perfil distinto, com maior escolaridade que a média da base, apresentam motivação diferenciada: para a maior parte dos entrevistados, a participação no MTD é parte de uma opção de vida que trouxe para o centro da trajetória pessoal a luta por justiça social.

Dentro dessa opção inscreve-se a luta não pelo emprego, mas pelo trabalho emancipado. Essa diferença fica clara no depoimento abaixo, de uma militante que se aproximou de lutas populares quando era estudante universitária, tornando-se uma das participantes da criação do MTD:

Nós nunca lutamos pelo emprego, por exemplo. [...] Nós não vamos lutar pra ser explorados por um patrão que vai arrancar nossa mais-valia. Nós vamos tentar nos auto-organizar, criar nossa própria dinâmica de organização e trabalho. [...] Hoje segue claro pra nós que a nossa história é a luta pelo trabalho, que o trabalho, quanto mais emancipado, quanto mais organizado, quanto mais auto-organizado, melhor.

Essa postura não se verifica, contudo, na maior parte dos trabalhadores que formam a base do movimento. A ideia do emprego como uma opção viável para a resolução do problema da sobrevivência e a melhoria das condições de vida familiares aparece nos discursos de vários trabalhadores da base, nas próprias dinâmicas dos núcleos organizativos do movimento, em que eles manifestam como sonho ter a

“carteira assinada”, e também nas atitudes daqueles que deixam o MTD quando encontram um emprego desse tipo.

Provavelmente o emprego como primeira opção se deva ao fato de que ele garante uma série de direitos (férias remuneradas, contribuição para a previdência social, licença-maternidade, etc.) que empreendimentos autogestionários têm grandes dificuldades para garantir. Essa dificuldade se dá porque, ao levarem seus produtos e serviços ao mercado, os coletivos de trabalhadores entram em concorrência com grandes empresas com muito mais capital investido e experiência de produção acumulada, de modo que o sustento do empreendimento está constantemente em risco e se faz à base de uma remuneração baixa do trabalho. Quando encontramos um militante com mais história no Movimento e o questionamos se, ao empregar-se, ele sairia do Movimento, a resposta foi imediata: não!, porque a luta do MTD não é por emprego, “porque sabemos do limite dele, e sim por trabalho”.

Contudo, isso não significa que a participação no MTD não tenha um caráter político para além de uma estratégia econômica temporária de sobrevivência. Nos depoimentos dos trabalhadores da base, também é recorrente a afirmação sobre a importância da luta coletiva, como no trecho extraído de entrevista com uma coordenadora de um núcleo do movimento: “Estava parada há muito tempo e precisava de dinheiro, então comecei a participar [do MTD]. Agora eu estou trabalhando [informalmente], mas eu continuo porque a sacola [cesta básica] ajuda e eu gosto das ações.”.

Outros relatos afirmam o quão são importantes os momentos em que se “vai à luta” e o quanto as situações de grande combatividade, como os acampamentos, foram importantes para que as pessoas se sentissem relevantes naquele grupo e se vissem tomando as rédeas de suas vidas. O trecho abaixo mostra o quanto a luta por direitos é essencial para que as pessoas se sintam sujeitos sociais, de tal modo que se entrelaçam as esferas política e pessoal: “Têm coisas que eu aprendi muito, que eu era uma pessoa assim que eu tinha uma pessoa que ele que mandava e tinha que obedecer. No movimento, eu aprendi muito, aprendi a determinar: é assim, é assim; não é assim, não é assim. Eu aprendi a me pôr no meu lugar, não ser mandada.”.

Enfim, no próprio cotidiano de luta desses trabalhadores desempregados organizados no Movimento existe uma transformação da concepção que eles têm de si mesmos. Esse tipo de transformação pode ser a porta para a substituição de “projetos de sobrevivência individuais por projetos de trabalho coletivos” (MACHADO, 2009).

Considerações finais

Na realidade, os trabalhadores do universo pesquisado não podem ser chamados de excluídos. O MTD sabe que a pobreza não é natural, que o desemprego não é acidental e que a marginalidade não é problema da população de baixa renda, empobrecida, desempregada. Existe uma conjuntura, relações sociais de poder na vida que geram estruturas econômicas, que exploram os trabalhadores/as a partir dos interesses do lucro, que investem mais ou menos nos setores produtivos como necessidade de reprodução do capital, gerando mais ou menos emprego. Isso foi possível perceber nas conversas e entrevistas que

realizamos com os sujeitos. A título de ilustração, vejamos o que diz uma das integrantes do movimento que compõe músicas e danças:

Resistência pura. Ela continua sendo a cozinheira, Baiana de Alagoas, mas nesse momento ela coloca todo o grupo pra girar e girar em círculo como se a cantoria dos cortadores de cana e sua luta fosse a luta nossa aqui também aqui no Sul. E funciona. Por um minuto todas e todos nós estamos no canavial, enfrentamos o coronel e a voz dela organiza a nossa luta. Ela bate o pé e a mão. Balança o corpo. O grupo se diverte, se esbarra. A gente pode ser o que quiser! Ela vai diminuindo as batidas. Até que uma pancada definitiva e última avisa que é pra terminar. Ela tira o garrafão da cabeça e grita: obrigada meu povo! E o povo aplaude: a esperança e a equilibrista!

Em vez de “excluídos” (termo que, como discutimos teoricamente no primeiro item deste artigo, não expressa corretamente sua condição), eles são trabalhadores com relações precárias, intermitentes e majoritariamente informais com o mercado de trabalho. Contudo, fazem parte, nas posições mais frágeis e marginais, de uma lógica de superexploração e precarização das condições de trabalho presente no capitalismo contemporâneo.

Ao participarem de um movimento de trabalhadores desempregados, eles se afirmam como sujeitos sociais capazes de buscar alternativas ao desemprego. É comum que essa alternativa seja uma opção individual ou familiar de sobrevivência (como as entrevistas indicam), mas ela vem acompanhada geralmente de uma concepção, mesmo que pouco elaborada a princípio, de luta por direitos.

Dentro do movimento pesquisado, existem divergências de objetivos entre seus membros, sobretudo entre base e lideranças. Principalmente para a militância que tomou as iniciativas de constituição do movimento, a luta se faz por um ideal de trabalho emancipado. Para boa parte da base, porém, a busca é por uma alternativa possível de sobrevivência pelo trabalho, como segunda opção face à impossibilidade de trabalho assalariado. Em qualquer dos casos, está correntemente presente e expressa nas falas dos militantes do movimento a constituição de uma ressignificação de si pelo sentimento de pertencimento a uma coletividade com objetivos comuns e pela oportunidade de lutar por algo a que se tem direito.

Consideramos também que a possibilidade de formação de um projeto coletivo está dada pela própria participação das pessoas num movimento desse tipo. O risco de reproduzirem relações clientelistas e manipulações existe, mas pode ser superado por uma organização do trabalho verdadeiramente democrática e pela educação voltada à formação e emancipação dos sujeitos, onde os anseios da base sejam parte constitutiva da formação da pauta de reivindicações e estratégias do Movimento, que pode até mudar suas orientações iniciais. Um indicativo da viabilidade de constituição dos trabalhadores em situação de precariedade como sujeitos sociais capazes de elaborar um projeto coletivo de trabalho – através dos núcleos populares de produção – está dado pela trajetória das pessoas que entraram para o Movimento sem experiências de luta anterior e tornaram-se militantes, sendo justamente a organização coletiva o que os transforma em sujeitos coletivos.

Assim, a participação no movimento social é uma via para a constituição desses trabalhadores – via organização, luta, educação e trabalho – como sujeitos sociais capazes de formação de projetos coletivos.

Referências:

- ANTUNES, R. (Org.). *Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.
- CIAVATTA, M. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ; CNPq, 2009.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade: e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez; 1989.
- _____. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.
- KARSZ, S. L'exclusion: faux concept, vrai problème. In: KARSZ, S. (Dir.). *L'exclusion, finir pour en finir*. Paris: Dunod, 2000. p. 99-168.
- KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LEAL, G. F. *Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo*. 2008. 257f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. São Paulo: [s.n], 1978.
- MACHADO, R. C. F. *Os demitidos da vida: quem são os trabalhadores desempregados do MTD?* 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- MARKUS, G. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, K. *O capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. I-II.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- NASCIMENTO, E. P. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 7, n. 21, p. 29-47, jul./dez. 1994.
- PAUGAM, S. *La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- RIBEIRO, M. Cidadania: interrogações ao conceito para a compreensão dos movimentos sociais. In: JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR, 7., 2000, Porto Alegre. *Caderno de Debates* (n. 2)... Porto Alegre: CAMP, 2001.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento político à consciência universal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- TOURAINÉ, A. *La société post-industrielle: naissance d'une société*. Paris: Éditions Denoel, 1969.
- _____. Face à l'exclusion. *Esprit*, Paris, n. 169, p. 7-13, fev. 1991.
- _____. Inégalités de la société industrielle, exclusion du marché. In: AFFICHARD, J.; FOUCAULD, J. de (Dir.). *Justice sociale et inégalités*. Paris: Esprit, 1992. p.163-174.
- _____. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

TRINDADE, G. C. O popular e a educação na teoria social. In: FIORENZE, C.; MARCON, T. *O popular e a educação*. Ijuí: UNIJUÍ, 2009. p. 13-37.

XIBERRAS, M. *Les théories de l'exclusion: pour une construction de l'imaginaire de la déviance*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1994.

Notas:

¹Professora Ajunta da Universidade do Estado do Amazonas- UEA. Grupo de Pesquisa Mulheres, Trabalho e Feminismos na Amazônia. Linha de Pesquisa: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. Educadora popular. E-mail: rmachado@uea.edu.br.

²Professora Ajunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro /UFRJ – Campus Macaé. E-mail: gjulianafrancoal@yahoo.com.br.

Recebido em: 03/2014

Publicado em: 12/2014.